

ÓLEO LEVE DE QUALIDADE OUTRA OBRA DA ESTATAL QUE AGUARDA LICENCIAMENTO É O CAMPO DE GOLFINHO, NO LITORAL NORTE DO ESTADO

Obras da Petrobras esbarram na burocracia das licenças ambientais

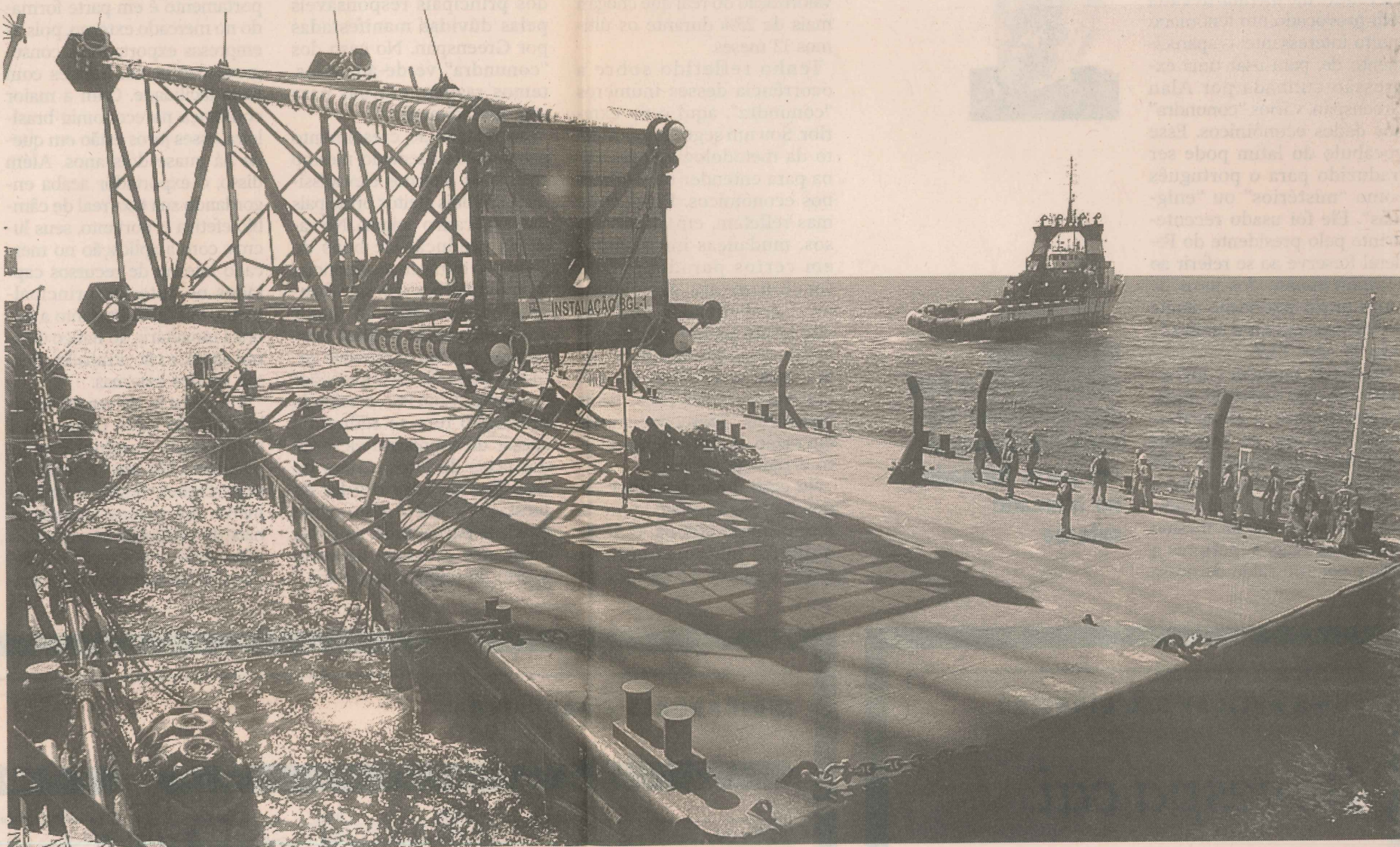
Projetos de produção de gás, como o campo de Peroá, são os principais afetados

DENISE ZANDONADI
E MARCELA ANDRADE
dzandonadi@redgazeta.com.br

As descobertas de novas reservas de petróleo e gás no Espírito Santo levaram a Petrobras a acelerar o ritmo das obras em terra e no mar e a definir investimentos de US\$ 1 bilhão por ano até 2010. A agilidade nas obras esbarra, no entanto, na demora em obter as licenças ambientais, principalmente para projetos no mar que dependem do Ibama.

Exemplo desta situação é a produção e fornecimento de gás natural no Estado, por parte da Petrobras, que passará de 1,3 milhão de metros cúbicos por dia para 2,3 milhões de metros cúbicos por dia. O aumento, porém, depende do licenciamento para produção no campo de Peroá, no litoral de Linhares.

A licença para a instalação da plataforma foi concedida, mas



A ESPERA. A licença para a instalação da plataforma de Peroá, em Linhares, foi concedida, mas a produção ainda aguarda o aval do Ibama. FOTO: DIVULGAÇÃO

para a produção, ainda não. E a falta do documento pode impedir o início da produção ainda neste mês. Para ampliar o fornecimento de gás, a Petrobras deverá inaugurar, nos próximos meses, a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC). A unidade, que já tem licenciamento do Instituto Estadual do Meio Ambiente (Iema), espera a decisão do Ibama sobre o campo de Peroá.

Outra obra que aguarda licenciamento é o campo de Golfinho, no Litoral Norte, onde a Petrobras já pretendia estar produzindo óleo leve de excelente qualidade associado a gás. Neste caso, é a licença prévia que aguarda liberação para que o navio-plataforma Seillean, que está hoje no campo de Jubarte, seja levado para Golfinho onde será desenvolvido o projeto piloto de produção.

O processo de licenciamento do módulo I de Golfinho está atrasado. A Petrobras pretende iniciar em maio de 2006 a produção desta fase - 100 mil barris por dia - com o navio-plataforma (FPSO) Capixaba. A locação já foi acertada, mas a embarcação poderá não vir para o Estado se a licença não sair em tempo.

Segundo o gerente-geral da Petrobras no Estado, Márcio Félix, o FPSO Capixaba está sendo preparado em Singapura, "mas se não puder começar a produzir na data prevista, a

companhia proprietária poderá desviá-lo para outro local". A primeira audiência pública para discutir o licenciamento do módulo I de Golfinho está marcada para 15 de outubro.

Como não saiu a licença prévia de Golfinho, o Seillean continua em Jubarte, onde produz 19 mil barris por dia de óleo pesado. Desde julho, o navio deveria estar no Norte, porém continua na Bacia de Campos esperando autorização para ser deslocado.

Jubarte. O campo de Jubarte produz desde outubro de 2002, no projeto piloto. Em janeiro de 2006 começará o módulo I com a instalação da P-34, plataforma tipo FPSO que está sendo reformada no Porto de Vitória. O problema é que a licença da P-34 também não foi liberada e o início do módulo I poderá não acontecer na data prevista. Com a P-34 Jubarte passará a produzir 60 mil barris por dia.

A audiência pública ocorreu dia 7 de maio, mas o processo ainda está em tramitação no Ibama. As companhias petrolíferas reconhecem a importância da legislação ambiental e o trabalho dos técnicos. Entretanto, insistem que é necessário número maior de funcionários para atender em tempo mais curto as necessidades neste setor.

Segundo Félix, a demora na análise das licenças é incompatível com o crescimento do país, principalmente na área de petróleo e gás. "É preciso reco-

nceher que o processo é trabalhoso, são muitas questões a serem analisadas, mas não há gente suficiente para agilizar o andamento dos processos."

O OUTRO LADO

Ibama quer que Petrobras assine termo de compromisso

Assessoria de imprensa do Ibama

"O Ibama pretende entrar com uma liminar na justiça para que o licenciamento ambiental a Petrobras só aconteça mediante a assinatura do termo, em que a empresa se compromete a pagar a taxa de compensação ambiental, que é de R\$ 600 mil. Para as demais obras, o Ibama também aguarda a assinatura das do termo, visto que esse documento é obrigatório para que a licença seja liberada. Assim que a empresa resolver assinar o termo e pagar as taxas, as obras serão liberadas."

Estatul entra na Justiça contra Ibama

Pela primeira vez na história da empresa, a Petrobras decidiu questionar judicialmente as medidas adotadas pelo Ibama. Na semana passada, a empresa ingressou na Justiça federal do Espírito Santo para conseguir a prorrogação do prazo da licença prévia de operação no Campo de Jubarte. Este tipo de licença é concedido por um prazo específico, mas é renovado e, neste caso, já havia sido renovado duas vezes. No vencimento deste ano, dia 31 de agosto, o Ibama exigiu uma compensação ambiental correspondente a 0,5% do valor investido no campo. Por discordar da cobrança, a estatal ingressou com ação e conseguiu prorrogar o prazo da licença até 2006.

Na lanterna

Obras da Petrobras que aguardam licenciamento no Estado

Licença prévia Jubarte

Estatul garantiu na Justiça prorrogação do prazo até fevereiro de 2006 da licença prévia. Falta ainda licença para módulo I, que começará em janeiro de 2006 com P-34 para produção de **60 mil barris por dia**

Licença prévia para projeto piloto de Golfinho

Aguarda liberação para começar a produção através do navio-plataforma Seillean

